



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

ATTITUDES SOCIAIS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS PRIMEIRAS E QUINTAS SÉRIES

Helio Ferreira Orrico

RESUMO

O presente estudo é vinculado à linha de pesquisa Educação Especial no Brasil, com ênfase na formação de Recursos Humanos e na Pedagogia Inclusiva do Programa de Pós Graduação em Educação, nível Doutorado da Universidade Estadual Paulista. O objeto a ser estudado é a atitude social do corpo docente frente à inclusão educacional de alunos com deficiência no contexto das classes regulares. Serão escolhidas duas escolas consideradas como escolas de referência para o município a ser investigado, uma com modalidades de atendimento em Educação Especial e a outra sem estes suportes. Os professores investigados serão os das primeiras e quintas séries do ensino fundamental, por serem nestes segmentos que ocorrem mudanças significativas no processo de escolarização. A pesquisa objetiva contribuir no campo da educação como instrumento metodológico para a mensuração das atitudes dos docentes frente à inclusão de alunos com deficiências, identificando crenças e referentes modais que estão envolvidos nas atitudes dos docentes; bem como propor alternativas metodológicas aos processos de capacitação de professores para atuarem com alunos com deficiência. O desenho metodológico pretende triangular dados a partir de estudo de caso etnográfico, com análise de contexto, investigação das atitudes através de escalas Likert, da identificação de referentes modais e normas subjetivas como propostos pelos estudos contemporâneos da Teoria da Ação Racional.

I – Introdução:

O presente trabalho discute os aspectos teóricos do projeto de doutoramento vinculado à linha de pesquisa EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, com ênfase na formação de Recursos Humanos e na Pedagogia Inclusiva do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista de Marília. O objeto de estudo é a atitude social do corpo docente frente à inclusão educacional de alunos com deficiência no contexto das classes regulares.

Os educandos com deficiências integram o grupo denominado alunos com necessidades educativas especiais (Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 1996). Estes alunos possuem no rol de suas necessidades condições que transcendem os contextos sociais relacionados a questões de gênero, raça, língua e classe social. A deficiência representa um fator de exclusão social que transversaliza os espectros sociais já mencionados.

Assim sendo, identificam-se atitudes e comportamentos que contribuem para a exclusão educacional de pessoas com deficiências de uma forma mais agravada constituindo-se assim,



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

situações de dupla ou tripla discriminação, sendo a pessoa com deficiência excluída até mesmo entre seus pares; o que acarreta acentuada vulnerabilidade, necessitando de empoderamento, atitudes sociais e comportamentos favoráveis a sua inclusão educacional e social.

Quando me refiro à inclusão educacional, não identifico como inclusão incondicional, tão pouco com a ausência de suportes e adaptações necessárias na garantia das singularidades de pessoas com deficiências, nem o fim das modalidades de atendimento na Educação Especial.

A percepção de que a existência de barreiras produz impactos importantes no processo de inclusão educacional destes alunos origina demanda de estudos nesta área.

Ao se pensar nos impactos no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência identifica-se a existência de barreiras atitudinais que perpassam todo um conjunto de ações relacionadas com as atitudes e os comportamentos frente à inclusão educacional, correlacionados com a formação e manutenção das atitudes sociais.

Optou-se por utilizar a Teoria da Ação Racional – TAR (Fishbein & Ajzen, 1975), por ser comprovada empiricamente como adequada na explicação e na predição de comportamentos e atitudes sociais. Segundo os autores da Teoria da Ação Racional (TAR) é a intenção comportamental o melhor preditor da probabilidade da pessoa executar ou não um comportamento.

O comportamento desempenhado se dá de forma racional, ou seja, as pessoas enquanto seres humanos racionais utilizam sistematicamente as informações adquiridas para atingir tal comportamento.

A intenção comportamental, por sua vez tem dois determinantes básicos, que são a atitude comportamental e a norma subjetiva. A atitude seria o fator pessoa e a norma subjetiva seria o fator social. Tanto a atitude quanto a norma subjetiva possuem sub-categorias que são: as crenças comportamentais, relativas ao que a pessoa crê que irá acontecer por desempenhar o comportamento, as avaliações das conseqüências deste comportamento; e as crenças normativas, originadas das pressões sociais de seus referentes (família, amigos, sociedade).

Os autores da teoria afirmam ainda que, objetivando-se mudar um determinado comportamento numa população específica, faz-se necessário conhecer os determinantes deste comportamento e verificar também se o comportamento a ser investigado está sob controle volitivo do indivíduo, ou seja, se o indivíduo possui controle real sobre o comportamento, não dependendo de outras pessoas.

Trata-se de condições relacionadas com a autonomia do professor, ou seja, as ações desenvolvidas na sala de aula como as propostas por Aranha (2000). Estas adaptações compõem um conjunto de ações da prática pedagógica do professor, dentro de seu espaço de autonomia.

Portanto as escalas de atitudes criadas com a fundamentação teórica da ação racional de Fishbein & Ajzen propõem um modelo de estudo das atitudes sociais no contexto de



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

grandezas vetoriais, nos quais os pressupostos vão além da consideração de uma escala por ser uma análise onde o contexto, o momento, as predições, os referentes, a cultura e o cotidiano da escola são considerados.

A pesquisa se constitui como pesquisa quase experimental, com base no modelo metodológico dos autores da TAR. Objetiva identificar as crenças e referentes modais salientes dos professores de primeira e quintas séries do ensino fundamental relativas ao comportamento alvo, ou seja, praticar ações de inclusão educacional no cotidiano da escola considerando as necessidades educacionais de alunos com deficiência.

A escolha da temática segue uma diretriz baseada no interesse diagnóstico evidenciado pelo Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01) à medida que as instâncias de governo buscam melhorar a qualidade de ensino oferecido ao alunado com necessidades educativas especiais.

As fontes documentais relativas ao estado da questão da educação inclusiva serão utilizadas a partir do acervo analisado por Orrico (2005) em estudo sobre a inclusão social da pessoa portadora de deficiência: discurso e práxis institucional.

Quanto ao campo de pesquisa para o estudo, o autor já vem desenvolvendo atividades em municípios da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, devido sua ação como Conselheiro Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, consultor e pesquisador na área de inclusão social de pessoas com deficiência, o que facilitará sua inserção no campo.

Neste sentido, os objetivos do presente estudo são: Promover reflexões acerca das atitudes do corpo docente frente ao contexto da inclusão educacional de alunos com deficiências; contribuir no campo da educação com instrumento metodológico, no sentido da mensuração das atitudes dos docentes frente a inclusão de alunos com deficiências; identificar as crenças e referentes modais salientes dos professores de primeira e quintas séries do ensino fundamental relativos ao comportamento alvo; identificar atitudes e comportamentos de professores frente ao processo educacional de alunos com deficiência em escolas regulares; analisar, através dos instrumentos aplicados ao longo da pesquisa, mudanças de atitude de professores das escolas regulares em estudo; propor alternativas metodológicas para a formação de professores para atuarem com alunos portadores de deficiência.

II- A Teoria da Ação Racional: uma perspectiva para a compreensão do fenômeno da atitude

Segundo Fishbein & Ajzen (1975), é possível explicar e prever o comportamento humano usando apenas alguns conceitos, ligados entre si por uma estrutura teórica de caráter compreensivo e global.

A Teoria da Ação Racional (TAR) refere-se a um conjunto de trabalhos justificando a escolha deste nome pelo pressuposto básico da teoria de que as pessoas agem de modo racional, processando implícita ou explicitamente as informações de que dispõem utilizando-as como insumos em suas decisões. A teoria não assume que as informações necessárias processadas



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

sejam necessariamente completas ou verídicas, apenas que estando estas disponíveis, são usadas, e quando não o estão, ativamente buscadas.

Os autores argumentam que a teoria pode fornecer aos pesquisadores um enfoque sistemático para o estudo do comportamento volitivo em um grande número de áreas; podendo servir como um instrumento para a identificação de fatores que distinguem as pessoas que realizam determinado comportamento das que não o fazem, sejam estas diferenças explicadas pelo modelo teórico, em nosso estudo o processo de inclusão educacional de alunos com deficiências e toda a repercussão no cotidiano escolar; envolvendo ainda as variações sócio-demográficas.

A Teoria Racional pretende compreender e prever o comportamento, o que exige uma definição operacional do mesmo. A teoria assume que a maioria das atividades humanas possui relevância social e está sob controle volitivo; como decorrência deste pressuposto, a teoria considera a intenção de realizar ou não uma atividade como o melhor preditor do comportamento futuro.

Embora não exista uma correlação perfeita entre o dizer e o fazer, na maioria dos casos, salvo quando os fatores situacionais interferem, a pessoa se comporta de acordo com sua intenção. Como uma teoria deve ultrapassar o nível da predição dos fenômenos para chegar à sua explicação, torna-se necessário identificar os determinantes da intenção e, portanto, do comportamento. Em relação ao processo de inclusão esta identificação é fundamental, pois se sabe que nem sempre o que é investido em capacitação de professores para educação inclusiva de alunos com deficiências traz como retorno uma prática inclusiva.

Em outro sentido, as pesquisas em educação inclusiva baseiam-se frequentemente em modelos teóricos somente qualitativos, que apontam o problema, ou seja, o preconceito do professor, a incapacidade de lidar com a deficiência; porém não atingem o âmago da transformação do comportamento e da mudança de atitude. Segundo Omote (2005):

A inexistência de uma escala de padronizada de mensuração de atitudes sociais face à inclusão e a pequena ou nenhuma experiência, por parte de muitos pesquisadores da área de educação, de construção de instrumentos objetivos e confiáveis de mensuração têm levado os estudiosos a fazerem referência às atitudes de maneira extremamente vaga, superficial e grosseiramente captadas nos relatos verbais de seus entrevistados. (p.37)

Segundo a Teoria da Ação Racional, a intenção de realizar uma ação, chamada de intenção comportamental está sob a influência de determinantes básicos, um pessoal e outro social. O fator social é o determinante resultante do fator pessoal que é a ponderação probabilística das possíveis conseqüências da ação e sua avaliação em termos de nível de favorabilidade.

Em modo geral a intenção de realizar uma atividade como ir a uma festa resulta de uma avaliação pessoal positiva das possíveis conseqüências desta ação e da percepção de que ela será determinante. A importância relativa destes dois determinantes varia de pessoa para pessoa e o tipo de comportamento realizado, tornando-se, assim o cálculo do peso de cada um destes fatores uma questão empírica. O modelo teórico permitirá determinar, para cada ação estudada, o fator que mais contribuiu para a intenção comportamental. Esta relação entre as



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

diversas variáveis do modelo pode ser expressa através de uma equação, isto é, a intenção comportamental de uma pessoa seria o resultado da soma ponderada de sua atitude e norma subjetiva em relação ao comportamento estudado.

De acordo com a TAR, atitude e norma subjetiva são ambas influenciadas por crenças formadas com base na informação relevante disponível a cada pessoa. No caso da atitude elas são chamadas de crenças comportamentais e estão ligadas às expectativas da pessoa de obter resultados favoráveis ou desfavoráveis com a execução de um comportamento.

As crenças mais facilmente evocadas pela pessoa em relação a um comportamento específico são chamadas de crenças modais salientes. As crenças modais salientes em relação à inclusão serão identificadas nas etapas iniciais de nossa pesquisa de campo; como exemplo podemos citar assertivas como: “cego não aprende geometria, em gráficos”, “deficientes mentais não se alfabetizam”, “deficientes mentais precisam sempre de muita coisa concreta, pois são incapazes de abstração”, “paralisados cerebrais são deficientes mentais também” e mais uma infinita possibilidade de exemplos de crenças modais desfavoráveis à inclusão. A pessoa pondera cada uma das possíveis conseqüências de uma futura atividade, em termos de sua probabilidade de ocorrência; além disto, ela avalia estas conseqüências em uma escala de favorabilidade (AC). O somatório dos produtos da probabilidade de ocorrência de cada uma das crenças (as de inclusão ou exclusão) por sua avaliação constitui uma medida indireta da atitude.

Ao medir a força das crenças modais salientes e sua avaliação obtém-se uma medida indireta da atitude que permite a sua predição, além de uma explicação acerca dos elementos que a compõem.

A medida direta da atitude (ATc) é feita através de um diferencial semântico cujas dimensões são escolhidas de acordo com o comportamento estudado; em geral se usa bom-mau, útil-inútil, agradável-desagradável.

A norma subjetiva (NS) desenvolve-se através da percepção que o indivíduo tem de que pessoas significativas, chamadas referentes, aprovam ou desaprovam o comportamento que pretende realizar. Estas percepções são chamadas de crenças normativas, dado o seu caráter social e mais uma vez afirmamos a importância da academia enquanto espaço de pessoas referentes (os pesquisadores) na produção de conhecimento articulado ao cotidiano escolar, para que as normas subjetivas de professores possam, cada vez, mais convergirem para uma concepção de cultura escolar que acolha os alunos em suas singularidades.

Os referentes podem variar para uma mesma pessoa ou grupo de pessoas, conforme o comportamento estudado. A importância de cada referente depende do nível de motivação da pessoa para acatar sua opinião; o somatório dos produtos da opinião de cada referente pela motivação para acatá-la constitui uma medida indireta da norma subjetiva.

Sendo assim, a norma subjetiva ligada ao comportamento é o produto das crenças acerca da opinião dos referentes e a motivação para acatar a opinião dos mesmos.



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

A medida direta da norma subjetiva é feita através de uma única questão que engloba todas as pessoas cuja opinião é relevante para os indivíduos do grupo estudado, no caso do comportamento em questão (Ajzen, Fishbein, 1975). Têm sido encontradas correlações altas em medidas direta e indireta de atitude.

III- Procedimentos metodológicos:

A pesquisa tem como base o modelo metodológico dos autores da TAR. Para identificação das crenças será construída uma escala de atitudes de tipo Likert que servirá como uma das fontes de análise no sentido de identificar e acompanhar mudanças de atitudes que resultem no favorecimento do processo de inclusão educacional.

Os participantes do estudo serão um grupo de professores de uma Escola Regular com modalidades de atendimento de educação especial e outro grupo professores de uma Escola Regular sem modalidades de atendimento em educação especial.

Quanto aos critérios para seleção das escolas, o município a ser escolhido será um dos parceiros em projetos e pesquisas desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva, Fernandes (2005), no qual atualmente colaboro como pesquisador. Os gestores de educação dos municípios parceiros vêm demonstrando sensibilidade e entendimento da importância de estudos de campo em unidades de ensino para a superação de impasses no processo educacional de alunos com deficiências.

Serão adotados os seguintes instrumentos qualitativos: a observação sistemática, a análise de fontes documentais das unidades escolares (relatórios de alunos, atas de conselhos de classe, diários de classe, documentos recebidos e expedidos, exemplares de avaliações aplicadas, cadernos de alunos, fotos atuais e de época, entrevistas, áudio e filmagem). Todas as fontes servirão de base para a triangulação dos dados. Como instrumento para identificação das atitudes sociais do corpo docente será construída uma escala de atitude do tipo Likert. Estes instrumentos subsidiarão a análise de dados que utilizará o referencial da TAR como esquema teórico.

Na Fase Exploratória serão definidas as unidades de análise e as questões iniciais e estabelecidos os contatos preliminares para entrada em campo, localização dos participantes e definição dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Levantamento das crenças e dos referentes modais salientes.

A próxima etapa será a construção e aplicação de um questionário sobre a inclusão educacional de alunos com deficiência na rede regular de ensino medindo a força das crenças mais frequentes e a magnitude da disposição para concordar com a norma subjetiva preponderante (a opinião dos referentes modais salientes).

O passo seguinte será a construção da escala de atitudes e aplicação nos professores das escolas, oferecimento de oficinas sobre a temática da inclusão e encontros quinzenais com os professores, coleta das fontes documentais, nova aplicação da escala ao final das oficinas.



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

Os professores responderão a uma entrevista aberta, que conterà levantamentos de dados sócio - demográficos e três questões sobre o tema investigado: Na sua opinião quais as vantagens da inclusão educacional de alunos com deficiência na rede regular de ensino? Na sua opinião quais as desvantagens da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino? Que pessoas são importantes para você, quando dão opinião sobre este assunto?

As respostas a cada uma das três perguntas serão tabuladas pela frequência, compondo três listas que serão categorizadas por três pesquisadores da área de educação não pertencentes ao grupo de trabalho, que atuarão como juízes. Cada juiz definirá quais as dimensões que ao seu ver estarão se salientando, nestas listas, e elaborarão um resumo com as respectivas contagens por categoria.

Reunidas estas categorizações individuais, buscaremos os pontos de convergência entre os resumos, definindo uma segunda categorização final que servirá para elaborar o instrumento de medida das variáveis preditoras da teoria (atitude, norma subjetiva, crenças comportamentais, crenças normativas e intenção de adotar o comportamento -alvo).

No presente estudo, as classificações de cada juiz convergirão sobre: os referentes à categorização deverá ser feita quanto ao contexto profissional ou acadêmico; quanto às crenças negativas a categorização deverá ser feita considerando dimensões de comprometimento da deficiência; quanto à área da deficiência; quanto à modalidade de atendimento educacional; quanto às crenças positivas – a categorização deverá ser feita considerando as dimensões e efeitos sobre a educação do aluno; melhor rendimento escolar; envolvimento do respondente com a questão da inclusão educacional; criação de uma perspectiva educacional aberta à diversidade.

A partir das convergências das classificações dos juízes construir-se-á um questionário final de 30 itens, com escala tipo Likert de cinco pontos, na qual o extremo de algarismo 1 representará a maior força, e seu oposto, o algarismo 5, a menor. O algarismo 3 central. Na etapa do tratamento estatístico dos dados, as escalas serão revertidas para realçar o aspecto de quanto maior as tendências, mais positivo o julgamento dos respondentes.

A medida do construto atitude estará representada pelos itens 1 a 4 do questionário, a força das crenças comportamentais positivas e negativas pelos itens 5 a 10, a avaliação das conseqüências das crenças comportamentais pelos itens 11 a 16, a norma subjetiva por um único item, o 17. Os referentes estarão representados pelas crenças normativas (itens 18 a 23), a motivação para concordar com os referentes, pelos itens 24 a 29, e a intenção comportamental por um único item, o 30. A força das crenças será avaliada pelas terminologias (provável e improvável).

Na etapa seguinte, os dados oriundos das fontes documentais de campo e a análise das crenças modais da escala Likert serão organizados em procedimentos de análise e reapreciados pelos sujeitos do estudo, no sentido de propiciar uma metacognição em relação às atitudes e comportamentos durante todo o processo do estudo.



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

O relatório final será apresentado sob a forma de textos, gráficos e sínteses iconográficas de fotos, imagens servindo como fonte de replicação em outros contextos e sugerindo novos caminhos metodológicos em políticas de capacitação de professores.

IV- Consideração final:

Como contribuição espero que o presente trabalho subsidie ações de formação e de capacitação do corpo docente que leciona no ensino regular para alunos com deficiências. E, que o modelo teórico estudado possa oferecer suporte aos setores de gestão e acompanhamento de políticas públicas de educação para alunos com necessidades educacionais especiais.

Referências Bibliográficas:

FISHBEIN, M; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: an introduction to theory and research.** Philippines: Addison-Wesley Publishing Company, Inc. 1975.

OMOTE, S. Inclusão: da intenção à realidade. Em **Inclusão: intenção e realidade.** Marília, Fundepe, 2004, p.1-9.

_____. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. Em **Revista Brasileira de Educação Especial.** Universidade Estadual Paulista. v.11, nº 1, 2005. Marília: ABPEE/ FFC – Unesp, p.33-48.

ORRICO, H. **A inclusão social da pessoa portadora de deficiência: discursos e práxis institucional.** Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2005.